

Homologo.
03.10.2005
João Ferrão

João Ferrão
Secretário de Estado do Ordenamento
do Território e das Cidades

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL E O INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Câmara Municipal de Setúbal, doravante designada por CMS, carece de cartografia para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito do ordenamento do território, revisão do P.D.M., gestão urbanística, planeamento de pormenor e gestão e exploração de infra-estruturas urbanas.

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reuna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.



O **Município de Setúbal**, como **Primeiro Outorgante**, com sede nos Paços do Concelho, Praça de Bocage, neste acto representado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, José Manuel Aranha Figueiredo,

E

O **Instituto Geográfico Português**, como **Segundo Outorgante**, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representada por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Presidente do Instituto,

Acordam celebrar o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas Cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª
(Objecto)**

O presente Protocolo tem por objecto regular a cooperação a estabelecer entre a C.M.S. e o I.G.P., nos seguintes aspectos:

- a) Produção de cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1/10.000 para a área geográfica abrangida pela C.M.S;
- b) Verificação da qualidade e homologação da cartografia e ortofotocartografia digitais produzidas pela CMS, à escala supra referida.

**Cláusula 2ª
(Âmbito geográfico)**

A área geográfica é a correspondente à área do Município de Setúbal.

Cláusula 3ª
(Acções e Responsabilidades)

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas, consoante as seguintes áreas de actuação:

1. Cartografia e Ortofotocartografia digitais à escala 1/10.000

- a) O I.G.P. executará gratuitamente a fiscalização da produção da cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1/10.000 da área abrangida pelo Município de Setúbal;
- b) A CMS cederá gratuitamente ao I.G.P. os direitos de utilização sobre a cartografia produzida e respectivas versões actualizadas, para os fins tidos por convenientes pelo I.G.P.;
- c) O I.G.P. promoverá gratuitamente a homologação desta cartografia, bem como das respectivas versões actualizadas, e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente.

Cláusula 4ª
(Direitos de Autor)

1. Os dados fornecidos pelo I.G.P. encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem ser utilizados para finalidades distintas das protocoladas, nomeadamente, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do I.G.P.

2. A cartografia produzida pela C.M.S., é propriedade desta entidade, encontrando-se protegida pelo disposto na lei portuguesa e internacional



sobre direitos de autor e não pode ser utilizada para finalidades distintas das protocoladas sem autorização expressa da C.M.S.

3. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 5ª (Alteração ou revisão do Protocolo)

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.

2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 6ª (Vigência)

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 7ª (Resolução)

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo, caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.



2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

**Cláusula 8ª
(Interpretação)**

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Setúbal, 14 de Julho de 2005

O PRIMEIRO COOPERANTE



O SEGUNDO COOPERANTE

